

PSICANÁLISE, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: A CRIANÇA COMO SER PLURAL E PULSIONAL

A CRIANÇA COMO SER *PSYCHOANALYSIS, EDUCATION AND SEXUALITY: THE CHILD AS A PLURAL AND PULSIONAL BEING*

Thaís Roberta Bonamente¹
Gustavo Angeli²
Jeisa Benevenuti³

RESUMO: O presente artigo analisa narrativas sobre gênero e sexualidade que circulam no cenário escolar. Para tal, a psicanálise extramuros se torna a estratégia de produção de conhecimento que permite escutarmos o sujeito do inconsciente para além do consultório particular, dado que se trata de uma temática vinculada ao social e que busca recortes exemplares em um universo de uma escola. A partir da relação transferencial da acadêmica com a instituição e alunos, construí-se um diário de campo com quatro cenas explorando a temática. Em sequência, realizou-se entrelaçamentos com a teoria psicanalítica, abordando as produções de Sigmund Freud sobre a sexualidade: Teoria da Sexualidade Infantil (1905/1996) e Moral Sexual ‘Civilizada’ e a Doença Nervosa Moderna (1908/1976b). Dessa maneira, possibilitou articular o papel dos ambientes escolares como instituições produtoras de subjetividades, que marcam o psiquismo das crianças e adolescentes. Ressalta-se que o sexual é o grande enigma do ser humano e da civilização - incluindo a escola. Dessa forma, atravessados pelas diversas manifestações da pluralidade sexual e de gênero escutamos ao longo desse percurso na instituição escolar, as inquietações, o recalçamento, o testemunho e a desautorização como mecanismos e manejos diante da pluralidade enigmática que nos habita e que impele traduções. No entanto, ainda se destaca que o sexual resiste a qualquer captura de verdade, normatização ou controle. O sexual persiste em impelir movimentos de ruptura e elaboração psíquica.

Palavras-chave: educação; sexualidade; pluralidade; psicanálise.

ABSTRACT: *This article analyzes narratives about gender and sexuality that circulate in the school environment. In this way, extramural psychoanalysis becomes a strategy of knowledge production that allows us to listen to the theme of the unconscious beyond the private office since it is a theme linked to the social and seeks exemplary excerpts in the universe of a school. Starting from the academic's transference relationship with the institution and the students, we created a field diary with four scenes. We then interweave it with the psychoanalytic theory dealing with Sigmund*

¹Psicóloga pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: thais.bonamente@unifebe.edu.br

²Psicólogo pela Universidade Regional de Blumenau. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do curso de Psicologia – UNIFEBE. E-mail: gustavooangeli@gmail.com

³Psicóloga pela Universidade do Vale do Itajaí. Doutora e Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: jeisa@unifebe.edu.br

Freud's works on sexuality: Theory of Infantile Sexuality (1905/1996), 'Civilized' Sexual Morality and Modern Nervous Illness (1908/1976b). Through this perspective, it was possible to articulate the role of the school environment as an institution that produces subjectivities that shape the psyche of children and adolescents. We emphasized that sexuality is the great enigma of man and civilization - including the school. In this way, we traverse the various manifestations of sexual and gender plurality that we hear along the way in the institution of school: the concerns, repression, witnessing, and disenfranchisement as mechanisms and actions in the face of the enigmatic plurality that inhabits us and drives translations. However, we have emphasized that the sexual resists any capture of truth, standardization, or control. The sexual always drives movements of rupture and psychic elaboration.

Keywords: education. sexuality. plurality. psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa os discursos referentes a gênero e sexualidade expressos dentro do ambiente escolar, por meio do viés psicanalítico. O intuito é investigar como a sexualidade circula nesse cenário, explorando como a escola pode atuar sendo produtora de subjetividades. A produção dessa discussão conta com um diário de campo, abrangendo os apontamentos da acadêmica sobre a temática, mediante a sua relação transferencial e escuta, considerando as suas vivências pessoais no interior de duas escolas, localizadas na cidade de Busque-SC. Nesse sentido, articula-se no trabalho em questão, a psicanálise extramuros, explorada por Laplanche (1987), que se trata da utilização do método psicanalítico fora do contexto clínico, alcançando uma produção de saber voltada ao contexto social e cultural.

As questões relacionadas à sexualidade e gênero ganharam destaque a partir dos anos 2000, com a emergência dos movimentos feministas e LGBT+'S⁴. Ceccarelli (2010) destaca que o uso do termo gênero aparece nas mais diferentes áreas do conhecimento, perpassando pela Antropologia, Relações Interpessoais e pela própria Psicologia. Para essa última área, aborda-se com frequência a identidade de gênero, que designa a forma que o sujeito vive, o gênero ao qual se sente pertencer, e o papel de gênero que diz respeito aos ideais sociais e históricos construídos e atribuídos ao gênero escolhido em questão.

Inicialmente com o seu viés clínico e caráter normativo, a Psicologia permaneceu mais preocupada em analisar a gênese das diferenças sexuais e a origem dos chamados "desvios da sexualidade", buscando compreender quais os aspectos produziam caracteres masculinos e femininos. Dessa forma, compreendia os seus desdobramentos no desenvolvimento de uma "normalidade" e buscava tratar os possíveis "desvios". Nesse viés, a Psicanálise também acabou por patologizar a sexualidade por certo período, propondo curas, tratamentos e desconsiderando as possibilidades de existência que divergiam das construções sociais. Contudo, posteriormente e a partir da compreensão dos processos inconscientes na constituição do sujeito, a abordagem possibilitou questionamentos importantes na 'interface' de análise das questões de gênero e da psique (Perucchi, 2009).

A maior dedicação, relevância e atenção às questões de gênero se deve, sobretudo, à incorporação do debate dos movimentos sociais, de modo geral, e do

⁴ A sigla LBGT+ significa respectivamente: Lésbicas, Bissexuais, Gays, Transgêneros e outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se enquadram no padrão cis-heteronormativo (+) (Butler, 1990/2003).

movimento feminista, especificamente. As ações políticas empreendidas por militantes e apoiadoras do feminismo tornam-se mais visíveis à Psicologia, permeando pesquisas e promovendo novas estruturas e associações, de modo a admitir um caráter libertador. Desse modo, os questionamentos e as críticas feministas abrem caminho às críticas de outros movimentos emancipatórios, como o movimento LGBTQ+. Enquanto as primeiras discutiam e denunciavam o sexismo e a desigualdade nas relações de gênero, as críticas do movimento LGBTQ+ inclinam-se contra a heterossexualização da sociedade (Perucchi, 2009).

Perucchi (2009) ainda ressalta que a propagação veloz das críticas oriundas dos movimentos sociais acabou por “fertilizar o solo”, possibilitando que os estudos de gênero fossem contemplados. Todavia, fez concomitantemente com que a luta também se ampliasse: algumas pessoas visavam à integração social da diversidade, numa sociedade plural, polimorfa e democrática, vislumbrando transformação social; já outras possuíam uma perspectiva da separação, da especificação das demandas, de acentuação das divergências no interior da diferença de gênero.

De acordo com Lattanzio (2011), foi a partir das produções de Sigmund Freud e das discussões suscitadas que o conceito de gênero desdobrou-se como fundamental dentro da teoria psicanalítica. Isso porque se entende que esse conceito é essencial para a compreensão dos conflitos psíquicos, do recalque, para o entendimento de construções identificatórias, das mais diversas subjetividades e igualmente para a reflexão sobre as novas formas de subjetivação. Logo, evidencia-se que a questão de gênero atravessa tanto a instância individual quanto a social.

Assim, considerando os campos das discussões sociais e psicanalíticas, pode-se encontrar igualmente as escolas. Os ambientes escolares são espaços de subjetivação e formação dos sujeitos, apresentando uma função que ultrapassa os meros conhecimentos teóricos, concebendo os estudantes também como sujeitos constituintes de uma sociedade e operando nas suas questões singulares. Posto isso, é reconhecida a importância dessas instituições em promover uma escuta, reflexões e possibilitar um encontro e respeito às diferenças.

Todavia, é possível analisar nas instituições escolares a existência de uma crise de caráter global, relacionada às questões de gênero e a manifestação da sexualidade. A recusa da escola no tocante à diversidade, a violência, a agitação, o desinteresse diante dessa temática são alguns dos pontos que permeiam o cenário escolar. Frequentemente os métodos educacionais e pedagógicos tradicionais apresentam-se insuficientes para atender e superar estas demandas (Lima *et al.*, 2015).

Entende-se que a maioria dos ambientes escolares possui um método pedagógico tradicional, apresentando como elemento crucial para a organização das relações sociais e para a resolução dos conflitos, a ordem, a disciplina, o controle e o estabelecimento de regras e ações que realizam a padronização do sujeito. Contudo, é na infância que a escola realiza distinções entre eles, embora o discurso pedagógico existente nesse ambiente seja contrário às distinções, tendo como promessa que todos os sujeitos frequentadores, irão aprender e serão acolhidos na sua singularidade (Auad, 2004).

Entretanto, não é isso que ocorre. As escolas são ambientes produtores de distinções e desigualdades, gerando identificações próprias, isto é, a partir de um conjunto de características, esse ambiente implanta a ordem, categorizando os sujeitos, ou seja, separando adultos de crianças, ricos de pobres e sobretudo, meninos de meninas. Logo, assimila-se a escola como uma instituição que estabelece normas e preza pela obediência (Auad, 2004).

Nesse sentido, entende-se que as escolas utilizam-se de múltiplos mecanismos de poder, exercendo um controle sobre estudantes, inclusive sobre o seu próprio corpo e sexualidade, desqualificando, por vezes, a pluralidade existente nas crianças e adolescentes. Portanto, desde os seus primórdios, a escola demonstra não conseguir sustentar a pluralidade da vida, romantizando um passado firmado nas distinções dos sujeitos (Souza; Oliveira; Junior, 2020).

Segundo Costa (1979) as escolas podem ser vistas como protótipos de espaços disciplinares dedicados ao corpo. Assim, é reconhecido que a função do colégio ultrapassa o mero ensino das disciplinas - como leituras, caligrafia e matemática - alcançando o ofício de formar sujeitos para uma sociedade, esforçando-se para um “aperfeiçoamento” físico, moral e intelectual. Tais objetivos seriam concluídos por meio da implantação de uma disciplina e de fundamentos respaldados numa ordem.

Fundamentado nisso, tem-se a compreensão das instituições escolares como ambientes relacionados a um contexto histórico, social e cultural, e conseqüentemente, também produtoras de subjetividades, transmitindo uma moral coletiva, que diz respeito a um discurso específico, baseado em uma heteronormatividade que têm desdobramentos na vida em sociedade (Carvalho, 2006).

Assim, é reconhecido que essas mesmas questões - relacionadas ao gênero e à sexualidade - perduram até hoje e compõem igualmente o ambiente escolar, ocupando cada vez mais parte do cotidiano dos educadores e influenciando as relações entre a escola e os estudantes. É comum que as crianças que não correspondem ao que é socialmente estabelecido pelo binarismo hegemônico de feminino e masculino - ou seja, a correlação do sexo com o gênero, por exemplo: as meninas estarem naturalmente relacionadas à maternidade e atividades domésticas, e os meninos a um vigor e força - sejam recebidas pelos colegas e pela própria instituição de ensino com respostas agressivas ou repressivas. Dessa forma, a criança, por sua vez, pode questionar-se sobre o seu lugar psíquico e social, como se reconhece e identifica, buscando muitas vezes formas de existir que se adequem ao que é socialmente aceite, mas que de forma intrapsíquica são conflituosas, podendo ocasionar assim, angústia e sofrimento (Mendonça; Archangelo, 2021).

Conforme abordado por Auad (2004, p. 2): “herdamos, e agora de muitas maneiras mantemos, uma importante instância de fabricação de meninos e meninas, homens e mulheres.” Logo, esse esforço de conformação, que possui início na dinâmica familiar, encontra eco e apoio na escola, que ensina igualmente maneiras específicas de se movimentar, de se comportar, de se expressar e até mesmo, maneiras de preferir, transmitindo, assim, uma moral coletiva rígida. Entende-se que é importante a presença de um referencial para a sustentação de uma dinâmica coletiva, ou seja, as regras apresentam uma importância para a regulação da vida em sociedade. Contudo, o que se busca problematizar no presente estudo é a cristalização sobre o que deve ser um menino e uma menina, não havendo espaço para possíveis flexibilizações.

Além disso, é investigado a relação entre a possibilidade de um desacordo entre os valores coletivos perpetuados pela escola e os valores singulares sustentados pelas crianças e adolescentes. Entende-se que, muitas vezes, o poder exercido pelas instituições e pelo social não é sempre visível, sendo exercido nas sutilezas, no silenciamento e no olhar perante essas questões. Compreende-se que os estudantes presentes não são meramente receptores passivos de imposições externas, podendo realizar movimentos de resistência diante da normalização dos

corpos. Desse modo, elas e eles resistem, contestam e têm a possibilidade de apropriar-se diferentemente do conjunto de conhecimentos com os quais entram em contato na escola, formal e informalmente (Auad, 2004).

Assim, a relevância da temática ocorre pela necessidade de explorar e reconhecer a pluralidade existente no ambiente escolar, considerando os sujeitos na sua singularidade e valorizando os diferentes modos de manifestação da sexualidade.

Para a construção do trabalho, será inicialmente abordado brevemente, a trajetória das questões de gênero e sexualidade dentro da Psicanálise. Logo, será articulada a constituição do sujeito para a teoria, isto é, sendo compreendido como um ser para além do corpo biológico; e, portanto, pulsional e plural - sendo constituído por um inconsciente. Assim, explora-se a Teoria da Sexualidade Infantil desenvolvida por Freud (1905/1996). Em sequência, será discorrido sobre a Psicanálise e Educação, evidenciando a função das escolas e como as relações se desdobram nesse cenário. Nesse sentido, Freud (1908/1976b) no seu artigo *Moral Sexual 'Civilizada'* e a *Doença Nervosa Moderna* discorre sobre o sexual como o grande enigma do ser humano e explora a ideia que a civilização, ao se deparar com as diversas manifestações de uma sexualidade, cria dispositivos para lidar com tais demandas.

Ao final do percurso teórico sobre a temática, haverá o entrelaçamento desses três conteúdos - Psicanálise, Educação, Gênero e Sexualidade - com as quatro cenas na análise, buscando problematizar como a sexualidade aparece no ambiente escolar, de que maneira é escutada e como circula. Busca-se explorar como os sujeitos nesse cenário lidam e quais os possíveis manejos perante esses conteúdos que transbordam à norma. Portanto, questiona-se a escola como uma instituição que pode realizar a transmissão de uma moral sexual coletiva. Ressalta-se ainda como a teoria psicanalítica na educação pode ofertar um espaço de fala e escuta dos sujeitos, compreendendo que a anatomia não é o destino para o que será menino e menina e, assim, gerando novas possibilidades de interpretações.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GÊNERO, SEXUALIDADE E PSICANÁLISE

De acordo com Lattanzio (2011), as discussões de gênero no movimento psicanalítico ocorreram fundamentadas nas diversas produções de Freud durante seu percurso, marcado por algumas polêmicas. É notório que Freud nunca chegou a usar exclusivamente o termo gênero, até porque a palavra alemã utilizada *Geschlecht* tivera significado tanto de sexo quanto de gênero. Todavia, é apresentado umas de suas hipóteses em que se utilizaria a expressão gênero: o caso de um visitante de outro planeta, que chega a Terra e se depara com a existência de dois sexos (ou dois gêneros), sendo surpreendido. Nesse episódio, o que impressionaria o visitante seriam os diferentes hábitos dos homens e das mulheres, e não propriamente seus órgãos genitais.

Na Psicanálise, a questão de gênero possui dois prismas considerados conflituais: o primeiro é a instância individual — da constituição do Eu, do sujeito — e o segundo diz das construções sociais, sendo essas associadas aos processos históricos. Alguns psicanalistas exploram a ideia que, por mais que os processos sociais possam interferir nas construções constitutivas do sujeito, os conflitos analisados são sempre considerados de cunho individual, tendo relação com mecanismos intrapsíquicos inconscientes, sendo assim, desvinculados em sua predominância, do social. Estes

não consideram que o conceito de gênero possibilitaria grandes contribuições à Psicanálise, e entendem que os trabalhos de Freud sobre a sexualidade já trazem asserções avançadas e originais sobre o tema (Ceccarelli, 2010).

Por outro lado, outros psicanalistas partindo da declaração do próprio Freud, que discursou que a psicologia individual é concomitantemente social, compreendem a relevância dessa temática para a compreensão de certos conflitos da vida do sujeito. Assim sendo, foi adotada essa perspectiva na presente pesquisa, dando destaque para a possibilidade de analisar por meio da Psicanálise os discursos sobre gênero e sexualidade que circulam no contexto escolar.

Se considerarmos a criança, que desde o seu nascimento se encontra imersa em uma cultura e em uma narrativa da sociedade — aceitando sem questionamento a existência do pai e da mãe, situando-se em um desses lados e diferenciando aquele que não se assemelha a ela — é analisado que ela constata que no seu envolvimento os sujeitos possuem vestimentas e hábitos diferentes, fazendo ou não determinadas ações, aprendendo ou não determinadas coisas. Assim, ela compreende o que pode e não pode fazer, por ser menino ou por ser menina. Essa distinção só é possível, pois suas recordações incluem a figura de um pai e uma mãe. Todavia, além dessa categorização realizada e difundida pelo corpo social e pela “função social do sexo”, vislumbra-se o olhar da criança, que começa a transformar o seu corpo anatômico em um corpo sexuado (Ceccarelli, 2010).

Ceccarelli (2010) discorre que em Freud existe uma classificação segundo o gênero. Isso implica dizer que há uma distinção que começa em uma fase anterior à castração, que utiliza como base a diferenciação pai/mãe e não a anatomia. Desse modo, a compreensão do gênero não considera os órgãos sexuais — a presença ou ausência do órgão masculino ou feminino não garante que o sujeito se coloque “do lado” dos homens ou das mulheres. Como exemplo disso, tem-se a transexualidade.

Ainda se compreende que a diferenciação de gênero é algo dado à criança desde cedo e acaba não considerando o pulsional. Pode ser por isso que, em Freud, não se encontra uma “teoria de gênero”. Concomitantemente, quando é realizada uma leitura cuidadosa da obra de Sigmund, é possível analisar que, em relação à masculinidade e à feminilidade, ele estava à frente do seu tempo, desconstruindo diversos saberes preestabelecidos. Embora inicialmente Freud trabalhe com categorias binárias, rompe tais categorias quando explora que tanto a masculinidade quanto a feminilidade são considerados pontos de chegada e não de partida. Assim, reconhece-se que o ponto de chegada é sempre único, desdobrando-se a partir da singularidade e dos processos identificatórios de cada sujeito. À vista disso, admitindo o caráter incerto da masculinidade e da feminilidade, a dificuldade em se definir masculino e feminino, Freud é revolucionário. Isso porque recusa toda a amarra que se realiza diante dessas questões e a anatomia, explorando que a significação das noções de masculinidade e feminilidade nada tem de natural, nem de normatizado (Ceccarelli, 2010).

É por meio da prática clínica que Freud conseguiu constatar que grande parte dos desejos e pensamentos reprimidos pelo inconsciente estavam ligados a desordens e também conflitos relacionados com o campo privado da experiência sexual. Essas repressões, configuradas em experiências difíceis e profundamente traumáticas, estavam ligadas a eventos localizados na infância — nos primeiros anos de vida. Essas experiências da infância se conectam e acarretam questões atuais dos sujeitos. Tais descobertas acabaram por colocar a temática da sexualidade na base dos processos psíquicos, fazendo, assim, surgir um dos conceitos fundamentais desenvolvidos por Freud: a sexualidade infantil (Silva; Brígido, 2016).

A sexualidade infantil implica uma estruturação e organização psíquica da fase adulta. Nesse processo, as zonas erógenas do corpo são os pontos de fixação do prazer conforme determinadas fases do desenvolvimento da criança. As experiências vivenciadas no período da infância, que possuem relação com o alcance do prazer nas zonas erógenas, ficam registradas no psiquismo. Dessa forma, tal marca psíquica irá contribuir decisivamente, seja positiva ou negativamente, para a construção da realidade sexual e genital na fase adulta (Freud, 1905/1996).

Silva e Brígido (2016) evidenciam que, para a Psicanálise, a sexualidade assume uma função muito mais abrangente, que tem relação com todas as modalidades de prazer. Nessa perspectiva ocorre o deslocamento de uma restrita ligação das pulsões sexuais, que até então eram respaldadas por uma forma autoerótica de satisfação, descobrem um novo caminho: um objeto sexual — encontrado a partir da função de combinação das pulsões parciais sob o primado da zona genital (Freud, 1905/1996).

Entretanto, é necessário ressaltar que a atividade sexual da criança não se desenvolve sincronicamente com as demais funções, mas sim após o breve período de florescência. Nesse sentido, a produção de energia e excitação sexual não é suspensa, mas contínua e, para mais, oferece um fornecimento de energia que é empregada, em sua maior parte, para outras finalidades que não as sexuais (Freud, 1905/1996).

Portanto, há dois lados: um deles visa à contribuição dos componentes sexuais para os sentimentos sociais, e o outro (por meio do relacionamento e da formação reativa), que visa à construção de barreiras posteriores contra a sexualidade. Assim sendo, construíram-se na infância, à custa de grande parte das energias sexuais polimórficas-perversas e com a ajuda da educação, as forças reservadas a manter a pulsão sexual em certas direções e caminhos. A outra parte da energia sexual infantil escapa a esses empregos e consegue expressar-se como atividade sexual. Nesse viés, é possível verificar que a excitação sexual da criança provém, na realidade, de uma multiplicidade de fontes (Freud, 1905/1996).

Nesse sentido, entende-se que tal campo possui uma associação direta com as fantasias do sujeito e como ele utiliza estas para produzir mediações e trocas sociais. Quando no sujeito há a recusa de suas fantasias, pode-se observar a presença igualmente de sentimentos dissonantes. Exemplificando: sujeitos em determinados momentos poderiam ter uma sensação de prazer, mas acabam por sentir nojo e outras sensações repulsivas — justamente pela negação de suas fantasias. Em outras palavras, as dificuldades de assumir a pluralidade da sexualidade está ligada à dificuldade de como utilizar suas fantasias e a impossibilidade de entrar na estrutura metafórica do campo sexual (Freud, 1905/1996).

À vista disso, é percorrido o ponto central da teoria de Freud, justamente na repressão histórica que a civilização, de forma muito particular a ocidental, impôs à sexualidade, ao criar uma normatização e objetivar a canalização de tal energia dos sujeitos para outras atividades da vida social, como as práticas artísticas e culturais — processo chamado de sublimação (Freud, 1905/1996). Assim como se pôde analisar, há discussões sociais e psicanalíticas referentes ao gênero e à sexualidade nos mais diversos campos, incluindo no cenário escolar.

2.2 PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO

Freud adentrou de maneira modesta e singular no campo da educação, explorando pontos como: os impasses dos pais quanto ao esclarecimento sexual das

crianças, o impacto de uma educação moralizante e repressora, o efeito sobre o adoecimento neurótico da população e o percurso dos sujeitos em relação a uma sexualidade (Voltolini, 2011).

O questionamento de Freud que inaugurou o primeiro exercício de uma extensão da Psicanálise a outras áreas do conhecimento foi a relação que a abordagem poderia manter com a Educação. Iniciou assim, mesmo que discretamente, um projeto de investigação no campo educacional. Sigmund não produziu nenhuma obra específica tratando exclusivamente dessa temática, porém até suas últimas produções teóricas é possível vislumbrar indiretamente a educação em suas reflexões. Dessa forma, compreende-se como uma questão paradoxal, pois foi construído possíveis caminhos, mas também foram deixados lacunas e um legado aos herdeiros de sua obra: a tarefa de explorar esse tema (Voltolini, 2011).

De acordo com Kupfer (1989) o trabalho de Freud no campo da educação pode ser entendido como o de uma substituição de uma pretensão pedagógica relacionada a um ideal educativo - isto é, quando se pensa na melhor forma de educar os sujeitos - para uma discussão sobre quais as condições possíveis para uma educação, abordando o que seria necessário acontecer para ocorrer uma educação.

Entretanto, mesmo Freud, no princípio de seus estudos, não escapou da perspectiva do melhor modo de conduzir a criança e as figuras de boa forma, por isso, é necessário analisar seus deslocamentos. À vista disso, foi essencial Freud realizar associações por meio de experiências práticas – o caso Hans e a educação dada a esse menino de cinco anos, sendo ele a primeira criança na história da Psicanálise a se tornar paciente – e suas reflexões teóricas. Logo, considerando seu percurso constante, foi analisado que uma certa direção pedagógica, ou seja, como realizar a educação, qual o melhor modo, era impossível. Isso porque é enganoso pensar no pressuposto de que existe somente uma direção pedagógica, que conduza a criança a um bom termo. Tal fato não desconsidera a importância da educação, mas sim explora a ideia de que não há uma única forma de se educar (Kupfer, 1989).

Nesse viés, Kupfer (1989) enfatiza que referente à educação, é igualmente esbarrado o tempo todo com a ideia de inconsciente frisado o seu reconhecimento, que introduz entre o educador e o educando um controle impossível, que transborda sobre qualquer cartilha e/ou informações de bons procedimentos educacionais. Assim, o sujeito do inconsciente constantemente põe em dúvida a existência de um contrato entre esses dois sujeitos, que teria como objetivo os direcionar para os melhores resultados.

Freud (1937/1996) ainda aborda que educar, assim como governar e psicanalisar, é considerado uma tarefa impossível, exatamente pelo paradoxo instaurado diante daquele a quem se designa a realização desse exercício. Logo, a relação transferencial com os estudantes – ou ainda com os governados e com os analisados – exige que o saber apostado na relação seja sempre suposto. Isso porque se a condição da falta é ausente nessas relações, ocorrem as fissuras transferenciais. A noção da impossibilidade é evidenciada na paradoxal posição do lugar do suposto saber, contudo, sem a apropriação imaginária dessa condição, a fim de permitir que o sujeito entre em contato com a dimensão da falta e da castração.

Nota-se que a escola possui um papel fundamental para a criança, visto que seu cotidiano se organiza a partir dela. Dessa maneira, destaca-se seu papel e o do educador para com a criança. Kupfer (1989) ressalta que a relação transferencial é mais decisiva no processo de aprendizado dos estudantes do que as próprias disciplinas e conteúdos, salientando que aquele professor que foi “investido” pelo desejo do aluno, ganha poder em sua palavra, passando sendo escutado. Assim

sendo, os estudantes desde o princípio das experiências escolares, encontram-se propensos a amar e odiar seus educadores, bem como a criticá-los e a respeitá-los. Esse processo de sentimentos e atitudes contraditórias foi nomeado de "ambivalência" pela Psicanálise.

À vista disso, entende-se que a teoria psicanalítica explicitou que as atitudes emocionais dos sujeitos para com as demais pessoas, de extrema relevância para sua forma de atuação ao longo da vida, já são estabelecidas a partir de suas primeiras experiências da infância. Ou seja, o sujeito desenvolve uma forma de organização própria, uma singularidade na maneira de conduzir suas relações, sendo tais relações pautadas em investimentos pulsionais, podendo esses investimentos ser conscientes ou inconscientes (Freud, 1912a/1996).

É a partir dos impulsos libidinais conscientes e inconscientes que o sujeito desenvolverá sua forma de operar, produzindo clichês estereotípicos durante o percurso de sua vida, isto é, o sujeito constrói atuações organizadas pelas repetições infantis e, assim, ele estabelecerá e manterá suas relações. Portanto, no estabelecimento de um novo relacionamento pode-se dizer que já existem concepções prévias, advindas das antigas relações – com suas primeiras figuras – e que estarão pautadas nas repetições do sujeito. Enfatiza-se aqui que é possível transformar as relações durante a vida, caminhando para diferentes direções, mas não é possível se livrar das marcas advindas das mesmas (Freud, 1912a/1996).

Nesse sentido, Freud (1913-1914/1976) destaca que os cuidadores são imagens extremamente importantes de uma infância – mesmo não sendo comumente as mais recordadas pelos sujeitos. É mediante o Complexo de Édipo e as figuras referenciais iniciais, que os sentimentos ambivalentes se manifestam. Freud (1913-1914/1976) explora ainda que todas as pessoas que a criança conhece mais tarde, tornam-se figuras substitutas desses primeiros objetos de seus sentimentos. Tais figuras substitutas podem ser classificadas como "imagos" (imagens) do pai, da mãe, dos irmãos, dos cuidadores e entre outros. Logo, evidencia-se que os relacionamentos posteriores do sujeito arcam com uma espécie de bagagem emocional, da mesma maneira que, as suas escolhas posteriores de amizades e amor seguem as bases das recordações firmadas por essas primeiras figuras.

Em outras palavras, a criança, ao entrar na escola, transfere para a figura do professor os sentimentos e atitudes antes dirigidos aos cuidadores, de maneira a tratá-lo como se fosse o mesmo. Assim, nota-se o processo transferencial, que acontece naturalmente na relação educador-educando, da mesma forma que ocorre nas demais relações do sujeito (Freud, 1913-1914/1976).

A Psicanálise, por dar destaque para a escuta da palavra e para relação do sujeito com o saber, tem em comum com a educação a preocupação com a singularidade dos sujeitos, uma vez que provoca investimentos e emoções que permitem análises. A abordagem pode contribuir para com a figura do educador, permitindo a possibilidade de uma compreensão em profundidade do educando, no que ele tem de mais íntimo, abarcando suas frustrações, angústias e demais sentimentos que permeiam seu universo. Para esse exercício, faz-se necessário que a escola não priorize uma relação de submissão e passividade dos estudantes perante a autoridade do professor. Faz-se necessário esclarecer que é reconhecido a importância de uma hierarquia para organização e efetivação dos processos de ensino-aprendizagem e formação dos sujeitos. Porém, o que cabe ressaltar aqui é que o educador deve lembrar que as dificuldades e conflitos, encontrados pelo estudante no cenário escolar, podem igualmente ser de origem afetiva. Desse modo,

é essencial ser compreendido a relevância dessa esfera, para melhor compreensão dos movimentos que ocorrem no ambiente escolar (Pedroza, 2010).

É a partir também do interesse médico de Freud, o da profilaxia das neuroses, que ele se encontra com o tema da educação. Em seu artigo “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna” (1908) é ampliado o debate a respeito dos malefícios da civilização à saúde dos sujeitos, fazendo uma crítica à moral excessiva com a qual pode ser interpretada a questão da sexualidade.

Voltolini (2011) destaca que é a partir disso, que Freud foca-se na moral sexual civilizada e na educação que a propaga, compreendidas mediante uma exigência de um comportamento ilibado, podendo gerar adoecimento, dado que, exigem de um sujeito esforços inatingíveis e sacrifícios pesados. Posto isso, e tratando-se do recalque das representações sexuais, a proibição que antes estava restrita ao ato — que pode ser controlável — se desloca para o pensamento — instância incontrolável. Ou seja, se o ato sexual pode ser interrompido, mesmo que com prejuízos, o pensamento, por sua vez, não — tendo ainda o recalque como a própria prova disso, indicando a manutenção ativa de um pensamento suprimido.

Dessa forma, considera-se que a primeira figura do impossível presente na educação é a tentativa de proibir certos pensamentos, privilegiando outros considerados mais compatíveis com uma moral ideal. Todavia, não é somente por esse caminho que Freud abriria as discussões relacionadas à educação, apresentando mais tarde, diversas revisitações e transformações em sua teoria. Assim, suas conclusões não ocorreram somente via a inevitabilidade do recalque, mas também foi seguido pela denúncia da impotência de uma educação repressiva e quais suas consequências (Voltolini, 2011).

Kupfer (1989) ressalta que o educador, quando inspirado por ideias psicanalíticas, renuncia a uma atuação excessivamente programada e controlada com rigor obsessivo. Posso isso, o profissional pode compreender que é possível organizar seu saber, mas não ter controle sobre os efeitos que produz sobre os educandos, nem sobre a diversidade manifestada por eles. Desse modo, o diálogo que a presente pesquisa propõe, entre a educação e a psicanálise, é primordial para promoção de espaços de escuta e narrativas referentes ao eterno enigma da sexualidade e da pluralidade que constituem os sujeitos.

3 METODOLOGIA

No tocante ao método foi utilizada a Psicanálise Extramuros nomeada assim por Laplanche (1987). Essa metodologia baseia-se em aplicar o método psicanalítico fora do contexto clínico, ultrapassando, assim, os limites da clínica tradicional. Inicialmente, Freud utilizou-se do termo Psicanálise Aplicada. Todavia, o termo empregado acabava por gerar uma conotação de transposição de um saber, isto é, considerando apenas o deslocamento de um conhecimento já finalizado - da clínica para fora desse cenário, como na cultura e na sociedade (Kobori, 2013).

Mezan (2002) ressalta que diversos estudos têm sido realizados por psicanalistas, seja no meio acadêmico ou não, com o objetivo de utilizar o método psicanalítico como metodologia de pesquisa e investigação, nas mais variadas áreas para além do consultório. Nesse viés, a presente pesquisa desenrolou-se conforme o método psicanalítico, envolvendo a escuta analítica e o processo de transferência da estudante, buscando abrir novas associações sobre a temática e realizar interpretações.

De acordo com Figueiredo e Minerbo (2006) a especificidade da pesquisa com o método psicanalítico requer a existência de um psicanalista em atividade analítica, marcada por diversas características. Diferentemente das pesquisas em ciências humanas e naturais, nas quais são evidenciadas a relação sujeito-objeto contando especialmente com a presença de um sujeito ativo debruçado sobre seu objeto (sujeito este equipado de conceitos, ferramentas e técnicas de descoberta e de averiguação ou refutação de suas próprias hipóteses), na pesquisa com o método psicanalítico a relação entre o psicanalista, suas interpretações e o objeto é outra.

A entrega do “pesquisador” ao “objeto”, o deixarse fazer por ele e, em contrapartida, construí-lo à medida que avançam suas elaborações e descobertas faz desta “pesquisa” um momento na história de uma relação que não deixa nenhum dos termos tal como era, antes de a própria pesquisa ser iniciada. Isso é mais óbvio em uma situação “terapêutica”, mas a atitude clínica pode se manifestar em outras condições e sempre terá como efeito a transformação das partes em jogo, o “objeto” e o “sujeito” da pesquisa (Figueiredo; Minerbo, 2006, p. 260).

Logo, ressalta-se que a pesquisa que utiliza do método psicanalítico é respaldada por transformações. O objeto é transformado com base na interpretação, que transcorre pelo olhar ao fenômeno investigado, fora do seu campo habitual, sendo essa visão proveniente do psicanalista. Simultaneamente, o próprio sujeito pesquisador se transforma, uma vez que, enxerga aspectos que antes não via (Figueiredo; Minerbo, 2006).

Figueiredo e Minerbo (2006) discorrem que cabem alguns apontamentos referentes às pesquisas com método psicanalítico. Há a compreensão de que esses processos investigativos podem ser usados para interpretar qualquer fenômeno que faça parte do universo simbólico do ser humano: sejam sessões de psicoterapia, entrevistas, fenômenos sociais ou institucionais, material clínico colhido de grupos de pacientes e entre outros. Por outro lado, os autores destacam que não é adequado para descobrir relações de causa e efeito, tampouco para transpor descobertas feitas de um campo para outro. Tratando da verdade da interpretação, assimila-se que ela é sempre relativa ao processo que a produziu e esse processo — como qualquer estratégia — é irreproduzível e singular. Dessa forma, entende-se que a pesquisa em Psicanálise implica o sujeito pesquisador, mediante a transferência com o próprio objeto de estudo e na mobilização de descobertas e de reconstrução de um saber.

Nascimento e Lemos (2020) ressaltam ser necessário que a pesquisa considere os movimentos que ocorrem no transcurso do seu próprio tempo e, assim, recorrendo a constantes análises de implicação. A proposta de analisar as implicações é um modo de pensar, diariamente, como vêm ocorrendo as diferentes intervenções. Desse modo, pôr em análise o lugar que se ocupa, as práticas de saber e de poder como produtoras de verdades — corriqueiramente consideradas absolutas, universais e eternas — seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam é romper com a lógica racionalista ainda fortemente presente no pensamento ocidental. Assim, considerando pôr “em xeque” o lugar sagrado e inquestionável (Coimbra; Nascimento, 2008).

Portanto, é a análise de implicações que traz para o campo da análise os conteúdos até então considerados negativos e estranhos — desvios e erros que pelo modelo rigoroso e sistemático impediriam uma pesquisa de ser “bem-sucedida”. Isto é, a análise de implicação surge da ampliação, para o campo institucional, dos conceitos de transferência e contratransferência utilizados pela Psicanálise, com intuito de romper com a naturalização das múltiplas instituições que nos atravessam

e constituem. É nesse viés que emerge a proposta de construir um campo de correlação, no qual a pesquisa não é separada da intervenção e o espaço de investigação engloba tanto o pesquisador quanto o objeto da pesquisa (Lourau, 1993).

Ademais, o estudo opera por meio de um Diário de Campo, que conta com os apontamentos da acadêmica sobre a temática - Gênero, Sexualidade e Psicanálise no ambiente escolar — mediante a sua escuta e suas mobilizações, considerando suas vivências pessoais no interior de duas escolas localizadas na cidade de Brusque. Lourau (1993) explora que o Diário de Campo possibilita historicizar e registrar situações cotidianas e, assim, colocar em análise os acontecimentos, propondo que ao escrever as vivências de um campo, emergem uma criação e análise. Para mais, o autor frisa que utiliza com recorrência os Diários em suas pesquisas, visto a possibilidade de analisar os deslocamentos dos registros como ferramentas históricas e políticas.

Admite-se que os acontecimentos geram outros acontecimentos e os escritos nos diários não são meras descrições de algo visto e/ou dito pelo pesquisador. A análise dos acontecimentos abrem brechas constantes e promovem singularizações, as quais são apontadas via a sequência de escritos nos diários de campo. Logo, o campo não é restrito a uma etapa do estudo, após um mergulho teórico e temático. É um esquema de múltiplas forças entrecruzadas, heterogêneas, que se apresentam em deslocamento e frequente mutação. Assim sendo, o Diário de Campo trata-se de um dispositivo de intervenção que possibilita a reflexão e porventura o rompimento com ordens já instituídas (Lourau, 1993).

Nascimento e Lemos (2020) enfatizam o escrever como forma para refletir e questionar, como criação, como estratégia de análise, como ato político e ético. Desse modo, os autores compreendem a ferramenta do diário de campo como uma tática de enfrentamento e de produção de saberes. Paulon e Romagnoli (2010) expõem que o campo da mesma forma que atravessa é atravessado pelo diário, em cuja construção elabora linhas que se encontram por outros movimentos, diferentes do desenrolar rigorosamente planejado e controlado, cronologicamente regrado pelas formas clássicas de pesquisar. Por formas clássicas, compreende-se então aquelas baseadas em um passo a passo, delineado em nome da viabilidade temporal, dos financiamentos e dos editais programáticos. Por esse motivo, a composição entre os acontecimentos do diário de campo ocorre por variação, pelo que foge ao texto e às páginas, pelo que resiste aos passos determinados e ao tempo linear, pelo que propriamente mobiliza o sujeito que o escreve, fazendo-o analisar constantemente suas pontuações.

Portanto, fundamentados nos conceitos de Freud da transferência e escuta analítica, é possível compreender como transcorreu o desenrolar da presente pesquisa em psicanálise. Freud (1912a/1996) discorre que a transferência é o processo existente em todas as relações humanas, definido geralmente como um laço inconsciente. Já no que diz respeito à escuta analítica, concebe-se como diferenciada, marcada principalmente pela sensibilidade quanto às diversas manifestações do sofrimento e também pela comunicação entre os inconscientes (Freud, 1912b/1996).

No caso da pesquisa em questão, é reconhecido que a escolha da temática ocorreu por meio da transferência da acadêmica com o objeto de estudo, ou seja, com as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, com base nas suas próprias vivências. Do mesmo modo, a elaboração do Diário de Campo contou com o processo transferencial e com a escuta analítica, visto que foi construído segundo os conteúdos que mobilizaram a estudante em sua prática diária, atentando-se para a escuta de uma demanda social e cultural.

Dessa forma, o processo de construção do diário dispôs de quatro cenas, que interpelam a própria analista. Em primeiro lugar, foram realizadas discussões em torno da pluralidade de gênero dos estudantes e como os ambientes escolares podem ser considerados espaços de escuta e testemunho da sexualidade, possibilitando dar lugar à experiência das crianças e adolescentes. Em sequência, outros eixos foram explorados, envolvendo o preconceito e a rigidez quanto a esse tema dentro desse espaço, bem como, na sociedade.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Por meio das duas escolas localizadas na cidade de Brusque - Santa Catarina, foi possível escutar as reverberações associadas à temática do gênero e da sexualidade, utilizando a Psicanálise como aporte teórico para análise. Considera-se aqui as vivências pessoais da acadêmica, bem como sua relação transferencial com os temas e as quatro cenas exploradas, demonstrando como os conteúdos interpelam a própria analista. Destaca-se ainda que se trata de recortes exemplares em um universo de uma escola, que faz pensar em situações vividas em um contexto geral, ou seja, em demais escolas - tratando-se de uma temática vinculada ao social.

A primeira cena que despertou a atenção da acadêmica foi em uma das turmas do 7º ano. Uma das alunas entra atrasada em sala de aula, após o intervalo. A estudante chega nervosa e com o rosto corado, os demais alunos e a professora reparam em suas condições e perguntam se tudo estava bem. A aluna, por sua vez, responde que está tudo certo, porém que está extremamente nervosa, pois durante o intervalo encontrou com a menina que gosta e ela lhe cumprimentou. Então, calorosamente, a turma responde, trazendo falas como: *“Ah, fico feliz por você, não precisa ficar nervosa!”* e *“Que legal!”*. Tal cena provoca surpresa, não pela existência de uma sexualidade não normativa, mas sim pelo fato de a turma em questão a escutar e a acolher. Trata-se então, de uma forma livre e possível da estudante de vivenciar sua própria sexualidade em uma coletividade.

Nesse viés, Banzato e Grant (2000) discorrem que o tema da sexualidade, quando explorado nas escolas, pode propiciar aos estudantes uma reflexão e/ou até mesmo um reposicionamento, sobre algo que remete às suas próprias existências. Destaca-se, assim, a importância das figuras de referência das crianças, que possuem um papel central nesse cenário. Isso implica dizer que os educadores (bem como os próprios pais) e como estes lidam com a temática da sexualidade, podem viabilizar ou não, o processo de investigação e posicionamento dos jovens no que tange à sexualidade.

Como o educador irá tratar e discorrer sobre gênero e sexualidade no cenário escolar diz sobre sua subjetividade e seu próprio processo diante dessa temática. Desse modo, enfatiza-se a necessidade da escuta do analista e do professor ante a pluralidade - aquilo que pode causar uma desestabilidade egóica, entretanto, que nos habita. Isto é, o professor, bem como o analista, nesses ambientes são responsáveis por possibilitar a circulação de um diálogo desses conteúdos e tal fato envolve a escuta do próprio enigma de suas sexualidades (Banzato; Grant, 2000).

Assim, pode-se pensar que o posicionamento do educador não seria o de ministrar um conhecimento desvinculado da vivência dos alunos, mas de possibilitar aos estudantes situações em que pudessem produzir algum conhecimento sobre si e reflexão sobre os acontecimentos que experienciam. Todavia, isso só ocorre quando associado a uma postura interna do educador, de permitir-se aceitar o "diferente", não

se fechando na concepção de certo e errado, ou seja, suportando o novo e o disruptivo que emerge (Banzato; Grant, 2000).

Dessa forma, entende-se como a escola também é o espaço de criação de uma escuta e da possibilidade de manifestação da sexualidade não normativa, tratando-se do local que permite testemunhar a sexualidade e dar um lugar à experiência dos estudantes. É alicerçado no testemunho do outro que os estudantes podem experimentar suas próprias sexualidades. Portanto, em um primeiro momento, pode-se notar o reconhecimento da pluralidade e da diversidade relacionada à sexualidade, sendo esse um fator marcante para a acadêmica. Isso porque, entende-se que muitas vezes há também uma resistência ao escutar uma sexualidade plural.

Nesse sentido, Kupermann (2015) elucida o testemunho e a desautorização. Explora-se que no processo do sujeito enunciar suas experiências a outro pode-se produzir movimentos diferentes. Um deles, refere-se ao encontro com outro que proporcione suporte suficiente para que o sujeito elabore situações vividas, em outras palavras, o outro escuta e dá ao sujeito a possibilidade da criação de um sentido próprio. Por outro lado, o autor discorre que pode ocorrer uma desagregação psíquica, quando o sujeito que narra sua história encontra o abandono, na forma de uma desautorização da sua tentativa de produzir uma versão própria para aquilo vivido. Desse modo, trata-se não somente do falar, mas também sobre a escuta, abarcando o que ninguém pode escutar, aquilo que é excessivo e que, por vezes, foge da norma.

Koltai (2016) destaca que o testemunho, ao manifestar e confrontar a humanidade com sua parte cruel e chamar a atenção para a escuta daquilo que é insuportável para os sujeitos, tornou-se a forma privilegiada de narrar uma vivência considerada intransmissível justamente por aqueles que tentaram transmiti-la. O testemunho, como relato assumido e endereçado, que possui a autenticidade anunciada a partir do narrador, assume, assim, duas funções distintas: a atestação dos fatos e a revelação de uma verdade, por ser no trajeto do real à verdade que é postulado a atribuição de um sentido.

No tocante ao testemunho e à desautorização, ressalta-se uma cena experienciada em uma das salas do 5º ano. Havia dois estudantes conversando sobre diversos assuntos, quando um deles enunciou que era bissexual. O outro, como forma de resposta, explanou: *“Não, você não é bissexual... se você for bissexual, a gente não pode mais ser amigo.”* Em sequência, o estudante, que havia explanado que era bissexual, desfez sua fala, dizendo que se tratava de uma brincadeira. Posso isso, analisa-se como o outro se encontra em uma posição de grande valia, que por ora, pode autorizar, por ora desautorizar, algo que diz respeito ao próprio sujeito. Assim, a escuta que parte do outro - nesse caso do estudante, mas em demais casos, dos educadores, dos próprios pais ou qualquer sujeito que circunde o espaço escolar - é essencial para o reconhecimento do sujeito como ser próprio, possibilitando que ele atribua um significado particular à experiência.

Outro recorte feito pela acadêmica foi no segundo colégio, em uma das aulas de Ensino Religioso na turma do 5º ano. A aula teve como assunto central a criação do mundo e dos seres humanos, abordando desde crenças religiosas, como a história de Adão e Eva, até a teoria do *Big Bang*. Nesse sentido, a professora que ministrava a aula explicou as teorias existentes e evidenciou que todos os seres humanos — sem restrições — merecem respeito. Em consequência, foram surgindo diversas dúvidas entre os estudantes e um deles, por sua vez, questionou qual era o posicionamento da professora perante a causa LGBTQIA+ — se apoiava ou não. A professora, em sua posição de resposta, destacou que não era a favor, mas que *“respeitava quem era”*. Após certo período de aula, começaram a surgir alguns comentários dos alunos

sobre esse conteúdo, como: “*Deus me livre ser amigo de um gay!*” e “*Eu acho que se Deus criou homem e mulher, tem que ser homem e mulher*”. Nenhuma outra intervenção da professora foi realizada nesse momento. Poucos minutos após, a professora continuou com os conteúdos do livro.

É possível analisar a falta de uma escuta e de um posicionamento por parte da professora quanto à temática, visto que os próprios alunos continuaram o debate e ela os interrompe. Dessa forma, Kupfer (1989) ressalta que é importante que o profissional compreenda como é possível organizar seu saber, tendo o entendimento de que não é possuidor do controle sobre os efeitos que produz sobre os educandos, nem sobre a diversidade manifestada por eles. Desse modo, é essencial uma atuação pautada em diálogos e discussões, promovendo espaços de escuta das narrativas referentes ao enigma da sexualidade e da pluralidade que constituem os sujeitos.

Igualmente, as narrativas dos alunos enunciam a rigidez diante da sexualidade, voltado ao discurso moral baseado em uma heteronorma — isto é, compreendendo a sexualidade sob um ponto de vista naturalista, subordinando a pulsão sexual à função reprodutora. Portanto, é entendido que só pode existir uma sexualidade na condição de ser uma relação entre um sujeito do sexo masculino e um sujeito do sexo feminino. Diante disso, a Psicanálise possibilita uma discussão extremamente valiosa, uma vez que considera que não é importante por qual objeto acontecerá a descarga da excitação da pulsão sexual, o que realmente é fundamental é libertar o psiquismo da constante pressão exercida por esses impulsos sexuais, independentemente do objeto. Tal produção de conhecimento e afirmação provoca diversos debates desde o início de sua enunciação e também ocasiona mudanças repentinas nos conceitos e normas estabelecidos pelas religiões, pela ciência e também pela moralidade social (Silva; Brígido, 2016).

É a partir de Freud que nasce uma nova maneira de olhar a sexualidade e a educação, englobando o sujeito e suas relações, em que a presença da pulsão sexual estaria relacionada desde fantasias autoeróticas da infância, até a definição completa da genitalidade na vida adulta. A sexualidade é tida como um conjunto de representações inconscientes característico da espécie humana, não a reduzindo ao elemento biológico, mas desvendando as diversas relações e caminhos possíveis entre o sujeito e a sexualidade (Silva; Brígido, 2016).

Na semana seguinte, no mesmo colégio, foi comentado sobre a Maratona que iria ocorrer nos próximos meses. A maratona diz respeito a uma competição, por meio da divisão dos estudantes em grupos, os quais, em cada grupo, devem realizar algumas atividades que possui como objetivo estimular o aprendizado e o trabalho em equipe. Nesse ano, surgiu a hipótese de que as equipes seriam divididas por cores: amarelo, azul e rosa. Os estudantes assim que souberam dessa informação - da divisão das equipes por cores - passaram a tecer comentários sobre o que acharam. Um dos meninos presentes na sala de aula, comentou: “Ah, mas se eu pegar rosa, eu vou ficar *“bolado”* e expressou: *“Isso é cor de menina”* e *“Que gay”*.

O ponto que visa ser discutido aqui se refere ao lugar do preconceito na escola e a função da instituição em, novamente, promover diálogos, buscando abordar as falas existentes em torno do gênero e da sexualidade plural dos adolescentes. Entende-se que os discursos sustentados pelas escolas, por exemplo, relacionados às cores (rosa para menina e azul para menino) são essenciais para fornecer um direcionamento aos estudantes, estabelecendo limites, mantendo um controle visando uma harmonia e livrando igualmente os sujeitos do desamparo total. Todavia, o foco da discussão do presente trabalho é a inflexibilidade presente em alguns discursos,

como na temática gênero e sexualidade, buscando controlar algo do campo do incontrolável - o inconsciente.

Freud (1908/1976b) discorre que há três estádios da civilização relacionados à sexualidade e às pulsões sexuais. O primeiro deles, refere-se à manifestação livre da pulsão sexual, sem considerar as metas de reprodução. O segundo, corresponde ao quando tudo vinculado a essa pulsão é suprimido, ao menos que tenha objetivo de reprodução, ou seja, admite-se que aquilo que é pervertido é proibido, enquanto a sexualidade dita “normal” não. Por fim, o terceiro considera-se que somente a reprodução legítima (de acordo com o matrimônio) é admitida como meta sexual, sendo este estádio correspondente à moral sexual civilizada - forma de conter e controlar a pulsão sexual.

Apesar disso, entende-se que nos sujeitos, a pulsão sexual é composta pelo polimórfico perverso, que não servem originalmente à reprodução e não estão restritas aos órgãos genitais, mas estão ligadas à obtenção de prazer em diferentes partes do corpo. Nesse viés, desconsidera-se o discurso moral sexual proposto pela sociedade, bem como pelo campo educacional e higienista que elucida a existência de um objeto natural e fixo (Freud, 1908/1976b).

Freud, em seu texto Moral Sexual ‘Civilizada’ e Doença Nervosa Moderna (1908/1976b, p. 178), aborda que “a tarefa de dominar um instinto tão poderoso quanto o instinto sexual, por outro meio que não a sua satisfação, é de tal monta que consome todas as forças do indivíduo.” Desse modo, é explanada a dificuldade de controlar a pulsão sexual e os processos regidos pelo inconsciente. Ademais, Freud explora a sublimação, que conta com o deslocamento da pulsão sexual, isto é, se antes a descarga ocorria conforme o objetivo sexual do sujeito, agora essa mesma descarga está voltada para as atividades culturais, socialmente aceitas. Contudo, ressalta-se que tal processo é efetuado somente por uma minoria dos sujeitos. Os demais se tornam neuróticos, muitas vezes manifestando extrema angústia ante as exigências dessa moral sexual, que exige sacrifícios dos sujeitos quanto à sua atividade sexual.

Logo, é retomada a rigidez diante da pulsão e da sexualidade, articulando uma tentativa falha de controle sobre o inconsciente, situação vista com frequência nos cenários escolares explorados nesta pesquisa. A pluralidade aparece como constituinte da sociedade e negá-la implica desconsiderar a singularidade de cada sujeito. Diante disso, considera-se a influência prejudicial da civilização para os sujeitos, marcada primordialmente pela repressão realizada à atividade sexual dos povos civilizados, por meio da moral sexual ‘civilizada’ que os rege (Freud, 1908/1976b).

Nesse sentido, considera-se que a Psicanálise é um saber que questiona o mal-estar presente na civilização, na cultura e na educação. Sua especificidade está em reconhecer o sujeito em sua dimensão subjetiva, em sua singularidade, para além de ofertas identificatórias sugestionadas pela cultura, pela ciência e demais instituições - uma vez que, tais oferecimentos ocasionam a alienação do sujeito, marcado essencialmente pelo rigor da escola, que obriga a criança a se identificar especificamente já estabelecida, recusando a existência de outras possibilidades. Assim sendo, seu exercício não opera por meio de tratamentos padronizados, referindo-se, portanto, a uma abordagem que se dispõe a explorar a diversidade e concomitantemente a escutar o que se insiste em repetir, falhando, sinalizando uma dimensão humana marcada pela incompletude e imprevisibilidade, que atesta uma impossibilidade radical, várias vezes desconsiderada pelo campo da educação (Lima *et al.*, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito às instituições de ensino, Louro (2000) trabalha com a ideia de que essas constituem um processo de escolarização do corpo, produzindo masculinidades e feminilidades, o disciplinamento de corpos e a prática da pedagogia da sexualidade, implicando possíveis marcas no simbólico infantil. Portanto, os estudantes nas escolas não são somente ensinados, mas igualmente avaliados, medidos, disciplinados, categorizados, coagidos e consentidos. Nesse sentido, a partir de recortes exemplares do cotidiano, nosso percurso e escuta na instituição escolar permitiu problematizarmos a pluralidade sexual e o inconsciente.

Compreende-se que a escola possui parâmetros importantes para possibilitar contornos e destinos às pulsões dos sujeitos, objetivando a imposição de limites para uma harmonia e o convívio em sociedade. No tocante ao tema da sexualidade não é diferente, existem indicadores valiosos para a organização social.

Todavia, salienta-se no presente estudo, a rigidez presente nos discursos que realizam esses contornos, a ponto de considerar somente uma única forma de existir. Assim, questiona-se a escola como uma instituição que realiza a transmissão de uma moral sexual coletiva - muitas vezes baseada na disciplina do corpo e em uma heteronorma, que, por vezes, apaga e recalca a pluralidade sexual e de gênero. Posto isso, enfatiza-se que os ambientes escolares são convocados a pensar nos possíveis manejos dos conteúdos que transbordam a norma, assimilando que a pulsão sexual possui diversos destinos - que vão além do campo anatômico - e que os reconhecer é um passo significativo para admitir a singularidade dos sujeitos.

Aponta-se como destaque nos discursos presentes nas análises, os conteúdos sobre testemunho e desautorização, que provocaram diversas mobilizações na acadêmica e no seu percurso como analista. O testemunho dos estudantes acaba por confrontar a escola com algo do campo do incontrolável - o inconsciente - isto é, abrindo caminho para os sujeitos se depararem e mergulharem na escuta do disruptivo e estranho que nos habita. Todavia, tudo aquilo que escapa da norma, transborda o campo da consciência, excede o campo do sujeito cognoscente, é posto a ser controlado, via mecanismos e narrativas. Assim, escuta-se a desautorização, que nos meandros dos ambientes escolares, sinaliza a tentativa de domínio e normatização da pluralidade sexual e de gênero. Nesse cenário, é salientada a posição dos educadores, que devem se desprender de seus preconceitos e inflexibilidades, legitimando os demais destinos das pulsões sexuais. Todavia, esse profissional, bem como os próprios analistas em sua atuação, só podem realizar tal exercício quando se permitem escutar a sua própria sexualidade e a defrontar-se com o disruptivo.

Vislumbramos como possibilidade nas instituições escolares a escuta da diferença e da diversidade, no próprio processo de aprendizado e reconhecimento do outro, a fim de que haja a superação de práticas estereotipadas de ensino e também de formação humana, que provocam no cenário escolar a cristalização de preconceitos e discriminação dos sujeitos, principalmente dos que fogem os pressupostos disseminados pela heteronormatividade. Portanto, busca-se o questionamento dos padrões preestabelecidos, instigando os sujeitos a escutarem a diversidade que habita o próximo e a si mesmo.

Assim sendo, a Psicanálise no ambiente escolar pode ofertar um espaço de fala aos sujeitos, sejam eles alunos, professores ou pais, para que, na produção de narrativas e no testemunho se abram novas perspectivas e possibilidades de interpretações, desvinculando-se de identificações sociais geradoras de impotência e

sofrimento, assim como produzindo novos caminhos e outros destinos à pluralidade sexual.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Relações de Gênero nas Práticas Escolares e a Construção de um Projeto de Co-educação**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), FEUSP, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t233.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BANZATO, Denise Salete Gomes; GRANT, Walkíria Helena. Sexualidade em Sala de Aula: Representações em Entrevistas de Professores. **Rev. Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 5-14, set./dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Bxn668sQHvHGPj95FBrWzvk/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Originalmente publicado em 1990.

CARVALHO, Renato Gil Gomes. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. **Revista Iberoamericana De Educación**, Portugal, v. 39, n. 2, p. 1-9. 2006. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie3922588>. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2588>. Acesso em: 7 abr. 2022.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise, Sexo e Gênero: Algumas Reflexões. *In*: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; ARENDE, Sílvia Maria Fávero. (org.) **Diversidades: Dimensões de Gênero e sexualidade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 269-285.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder**. 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/haZb8>. Acesso em: 3 abr. 2022.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; MINERBO, Marion. Pesquisa em Psicanálise: Algumas Idéias e um Exemplo. **Jornal de Psicanálise**: São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. **Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Original publicado em 1912a (Vol. XII).

FREUD, Sigmund. Análise Terminável e Interminável. **Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Original publicado em 1937 (Vol. XXIII).

FREUD, Sigmund. Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976b. Original publicado em 1908 (Vol. IX).

FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. **Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Original publicado em 1912b (Vol. XII).

FREUD, Sigmund. Sobre a Psicologia Escolar. *In*: FREUD, Sigmund. Totem e Tabu e Outros Trabalhos. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Original Publicado em 1913-1914 (Vol. XIII), p. 285-289.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Original publicado em 1905 (Vol. VII).

KOBORI, Eduardo Toshio. Algumas considerações sobre o termo Psicanálise Aplicada e o Método Psicanalítico na análise da Cultura. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 73-81, 2013.

KOLTAI, Caterina. Entre psicanálise e história: o testemunho. **Rev. Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 24-30, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/rPN6SbbMDf5gMXNCJpQKBtn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

KUPERMANN, Daniel. A “desautorização” em Ferenczi: do trauma sexual ao trauma social. **Revista Cult [online]**, 2015. Disponível em: <https://www.freudiana.com.br/novidades/desautorizacao-em-ferenczi-trauma-sexual-ao-trauma-social-por-daniel-kupermann-2.html>. Acesso em: 27 out. 2022.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a Educação: O Mestre do Impossível**. São Paulo: Scipione, 1989.

LAPLANCHE, J. **Novos Fundamentos para a Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo. **O lugar do gênero na psicanálise: Da metapsicologia às novas formas de subjetivação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ou8dr>. Acesso em: 20 maio 2022.

LIMA, Nádia Laguárdia de *et al.* Psicanálise e Educação: um tratamento possível para as queixas escolares. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1103-1125, out./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645088>. Disponível em: <https://encurtador.com.br/2eAJq>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LOURAU, René. **Análise Institucional e práticas de psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MENDONÇA, Lilian Cardoso de; ARCHANGELO, Ana. Questões de Gênero, da Psicanálise e da Educação. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 54, n. 100, p. 97-114, jun. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v54n100/v54n100a08.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2022.

MEZAN, Renato. **Interfaces da Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A Pesquisa-Intervenção em Psicologia: Os usos do Diário de Campo. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 57, p.239-253, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>. Disponível em: A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo | Barbarói (unisc.br). Acesso em: 20 maio 2022.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n. 8, p. 85-102, 2010. Disponível em: <http://www.revipsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Psicanálise e Educação: análise das práticas pedagógicas e formação do professor. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 30, p. 81-96, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43027>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PERUCCHI, Juliana. **Dos Estudos de Gênero às Teorias Queer: Desdobramentos do Feminismo e do Movimento LGBT na Psicologia Social**. UFJF, 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/HeCy0>. Acesso em: 1º maio 2022.

SILVA, Fábio Brandão; BRÍGIDO, Edimar. A Sexualidade na Perspectiva Freudiana. **Revista Contemplação**, [S.l.], v. 13, p. 125-138, 2016.

SOUZA, Ravelli Henrique de; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; JUNIOR, Isaias Batista de Oliveira. Gênero, Sexualidade e Escola: por uma Educação Plural. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 463-476, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v45i2.48935>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48935>. Acesso em: 19 fev. 2022.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Educação e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.